

Uma lei que mostra a verdade sobre Israel

O Knesset está prestes a emitir uma de suas leis mais importantes e a mais consistente com a realidade. A lei do Estado-nação porá fim ao nacionalismo vago de Israel e apresentará o sionismo como ele é. A lei também porá fim à farsa de que Israel é “judeu e democrático”, uma combinação que nunca existiu e nunca poderia existir por causa da contradição inerente entre os dois valores que não podem ser reconciliados senão pelo engano.

Se o Estado é judeu, não pode ser democrático por falta de igualdade, se é democrático, não pode ser judeu porque uma democracia não concede privilégios baseados na etnia. Então agora o Knesset decidiu: Israel é judeu. Israel declara que é o Estado-nação do povo judeu, não um Estado dos seus cidadãos, não é um Estado dos dois povos que nele vivem e, por conseguinte, deixou de ser uma democracia igualitária, não só na prática, mas também na teoria. É por isso que esta lei é tão importante. É uma lei sobre a verdade.

O tumulto em torno do projeto de lei foi concebido principalmente como um esforço para continuar a política de ambiguidade nacional. O presidente e o procurador-geral, ostensivamente guardiões da decência, protestaram e receberam elogios do campo liberal. O presidente gritou que a lei seria “uma arma nas mãos dos inimigos de Israel” e o procurador geral advertiu sobre “repercussões internacionais”.

Diante da possibilidade de que o véu de Israel seria removido antes que o mundo os empurrasse para agir, Reuven Rivlin – é preciso dizer – gritou com grande vigor e coragem contra a cláusula que permitia aos comitês de aceitação da comunidade avaliar os residentes e suas implicações para o regime, mas a maioria dos liberais ficou simplesmente horrorizada ao ler a

realidade quando ela foi escrita na lei.

Mordechai Kremnitzer, no Haaretz de terça-feira, também gritou em vão quando disse que o projeto “traria uma revolução, nada menos. Significará o fim de Israel como um estado judeu e democrático...”. Ele acrescentou que o projeto de lei faria de Israel “um líder entre países nacionalistas como a Polônia e a Hungria”, como se não fosse e não tivesse sido por muito tempo. Na Polônia e na Hungria não há tirania sobre outras pessoas sem direitos, uma situação que se tornou uma realidade permanente e uma parte inseparável do funcionamento deste Estado e do seu regime, sem um fim à vista.

Todos aqueles anos de hipocrisia foram bons. Foi bom dizer que o apartheid só existia na África do Sul porque tudo estava enraizado em leis raciais e nós não tínhamos essas leis. Dizer que Hebron não é apartheid, que o Vale do Jordão não é apartheid e que a ocupação não faz realmente parte do regime. Dizer que éramos a única democracia na região, até mesmo mediante ocupação.

Foi bom dizer que, uma vez que os árabes israelitas podem votar, somos uma democracia igualitária. Recordar que existe um partido árabe, mesmo que esteja excluído de qualquer tomada de decisão. Ressalte-se que os árabes podem ser admitidos em hospitais judaicos, que eles podem estudar em universidades judaicas e morar em qualquer lugar que escolherem (você escolhe).

Como somos esclarecidos de que nossa Suprema Corte decidiu, no caso Kaadan, que uma família árabe poderia comprar uma casa em Katzir após anos de litígio e evasões sem fim. Que tolerante, já que os árabes falam árabe, uma língua oficial. O árabe nunca foi minimamente aceite como língua oficial, ao contrário do sueco na Finlândia, onde a minoria sueca é muito mais pequena do que a minoria árabe aqui.

Foi fácil ignorar que as terras pertencentes ao Fundo Nacional

Judaico, que incluem a maioria das terras do Estado, eram apenas para judeus, com o apoio da Suprema Corte progressista nessa posição, e afirmar que somos uma democracia. Era muito mais agradável pensar em nós como igualitários.

Ora, haverá uma lei que dirá a verdade; Israel é somente para os judeus, escrito nos livros. Estado-nação do povo judeu, não dos seus residentes. Os árabes são cidadãos de segunda classe e os súditos palestinos não existem. O seu destino é determinado em Jerusalém, mas eles não fazem parte do Estado. É mais fácil assim para todos.

Subsiste um pequeno problema com o resto do mundo e com a imagem de Israel de que esta lei irá manchar em certa medida. Não é nada de especial. Os novos amigos de Israel ficarão orgulhosos desta lei. Para eles será uma luz para as nações. E as pessoas de consciência em todo o mundo já sabem a verdade e lutam contra ela há muito tempo. Uma arma para o movimento BDS? Com certeza. Israel venceu, e agora vai legislar.

Original: [Haaretz](#)